

Sebes estuda transferência de posseiros de São Pedro

X

Por determinação do governador Gérson Camata, a Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes) tem prazo de 60 dias para levantar a possibilidade de transferir para área de propriedade do Estado as famílias carentes que ocupam um loteamento particular no bairro São Pedro, localizado no contorno de Vitória — entre Santo Antônio e São Cristóvão. Com esse objetivo já foi formado um grupo de trabalho, que se reunirá hoje, às 9 horas, para discutir o assunto e traçar métodos de ação.

As informações foram dadas ontem, em entrevista coletiva, pelo secretário do Bem-Estar Social, Néelson Aguiar, adiantando que o grupo de trabalho terá por finalidade efetuar levantamentos nos cinco municípios da Grande Vitória, para verificar a disponibilidade de áreas de propriedade do Estado, dos municípios e de particulares. Com isso, a intenção do governo é ter o controle do processo de "ocupações regulares" de terrenos, com alternativas para contornar o problema.

OCUPAÇÕES

O secretário Néelson Aguiar admitiu que vêm ocorrendo invasões na Grande Vitória, devido à falta de uma política estadual de ocupação dos terrenos urbanos. "Não temos como responder à carência de terrenos e habitações, o que propicia o processo de ocupações irregulares". Informou que, em função disso, pediu ao governador a constituição de um grupo de trabalho para apresentar algumas sugestões ao governo, sendo atendido.

O grupo de trabalho está formado por representantes da Sebes (o secretário Néelson Aguiar, e, ainda, José Leônicio Gonçalves e Marilza Ferreira Celin), do Instituto Jones dos Santos Neves, Cohab-ES, Secretaria da Agricultura, Comissão de Justiça e Paz e Comissão de Direito à Moradia.

A comissão tem prazo de 90 dias para concluir os levantamentos dos terrenos pertencentes ao Estado, municípios e

particulares em toda a Grande Vitória — sendo que, no contorno de Vitória, o prazo é de 60 dias, atendendo recomendação do governador Gérson Camata. Após finalizado o trabalho, Néelson Aguiar disse que as áreas públicas começarão a sofrer serviços de terraplenagem, arruamento, demarcação de áreas destinadas a equipamentos comunitários e estabelecimentos comerciais, rede de esgotos, meios-fios, luz e água.

Segundo Néelson Aguiar, as famílias carentes transferidas para terrenos pertencentes ao Estado não terão nenhum ônus, já que os lotes lhes serão doados. Entretanto, cada pessoa beneficiada receberá escritura de propriedade como "bem de família", o que a impedirá de comercializar o referido lote. A venda, segundo o secretário, só será possível mediante autorização judicial, e em casos excepcionais, como mudança do proprietário para fora do Estado.

Ainda segundo o secretário, há uma proposta para que o Estado fique responsável pela doação dos terrenos, o governo federal pela parte de infraestrutura urbana e a Cohab-ES pelo financiamento do material de construção às famílias de baixa renda. As moradias, de acordo com Aguiar, não seriam em alvenaria, mas construídas com madeira, para barateamento dos custos.

Em sua opinião, o projeto de distribuição dos lotes feito em Itanhenga, Cariacica, não deve ser repetido pelo governo, pois o considera como "uma espécie de gueto da Grande Vitória ou um depósito de problemas". A forma de ocupação que se processou no local desencadeou uma série de problemas paralelos, segundo disse, aumentando os custos sociais.

Para não repetir a experiência de Itanhenga, Néelson Aguiar explicou que as famílias que forem transferidas para áreas públicas na Grande Vitória serão alojadas em terrenos próximos de onde se encontravam, para evitar transtornos com mudança de escola das crianças, maiores despesas com transporte coletivo, falta de estabelecimentos comerciais, serviços de saúde e outros.

No levantamento que será feito, a Secretaria do Bem-Estar Social tem como objetivo saber "os verdadeiros proprietários de áreas particulares e, com isso, fazer que eles sejam levados a contribuir com os erários públicos estadual e municipal mediante o pagamento de impostos, já que muitos deles não fazem isso".

Assinalou que os terrenos ociosos em nada contribuem para o Estado e, por isso, não têm nenhuma destinação social, uma vez que se caracterizam como áreas abandonadas.



Aguiar reclama uma política de ocupação de áreas